



Partido Comunista Português

Moção

Em defesa de um serviço postal público, universal e de qualidade

É inegável a importância e necessidade de um serviço postal público, universal e de qualidade ao dispor da população.

Os Correios são um instrumento insubstituível para a coesão social, económica e territorial devendo contribuir para o desenvolvimento harmonioso do nosso Concelho e do País. Em vez de ser uma empresa para garantir lucros e dividendos aos seus accionistas, como tem sido a lógica dos seus donos actuais, os CTT devem prestar um Serviço Público de qualidade e sem discriminações.

Devem estar ao serviço das populações, do desenvolvimento, com uma gestão económico-financeira equilibrada que invista na inovação tecnológica na melhoria das condições trabalho e da qualidade do serviço que presta.

Contudo, não é um serviço postal universal e de qualidade a prioridade da empresa.

Quem o diz são os carteiros de Barcelos que denunciam a exploração a que estão sujeitos e alertam a população para a deficiente distribuição do correio, provocando sucessivos atrasos na entrega. Situação contrária aos interesses dos barcelenses.

Em poucos anos, a empresa, em Barcelos, reduziu em um terço (42 para 28) os trabalhadores efectivos, sendo que no mesmo período a taxa de cobertura da entrega à porta passou de 50% do território para 100%. Isto é, a empresa exige hoje a um carteiro a mesma entrega de correio que exigia há anos a dois ou mais carteiros.

Os giros são cada vez maiores e a carga de trabalho leva ao esgotamento de muitos. Os salários são baixos e desvalorizados ano após ano, isto é, estão muito longe do esforço de quem trabalha sob todas as condições: vento, sol, chuva, calor, frio. Seja qual for o nascer do dia lá está o carteiro como se de um soldado se tratasse.

Esta situação agrava-se quando há trabalhadores de baixa médica ou férias, ficando o correio, não raras vezes, “encostado” pelo período da ausência dos trabalhadores, por vezes semanas, um claro prejuízo para as populações.

São reformas e apoios sociais, facturas em pagamento, notificações judiciais e fiscais, muitos outros serviços postais importantes que se atrasam. Atrasos que causam desconforto social e podem acarretar multas e coimas para os cidadãos. A privatização está a destruir o património de confiança que os portugueses tinham nos CTT.

Tudo isto a par dos aumentos brutais dos preços do serviço postal.

A privatização, responsabilidade do governo PSD/CDS e que o Governo PS recusou reverter, para além de entregar na mão de alguns um património adquirido ao longo de 500 anos, e que tem sido delapidado enchendo os bolsos dos accionistas, permitiu cobrar mais por um serviço cada vez mais inficiente ou mesmo inexistente assente na exploração.

O Estado português não pode aceitar pagar a uma empresa privada um serviço que quando era prestado no público dava lucro.

O Estado português não pode aceitar a degradação existente do serviço postal, e muito menos desistir de superar essa degradação e aceitar uma ainda pior qualidade no serviço como reclamam os administradores dos CTT.

A situação só não é pior graças à enorme dedicação e esforço estóico dos trabalhadores que têm promovido acções de luta, reivindicando a admissão de mais trabalhadores e a melhoria das condições para acabar com a sobrecarga a que estão sujeitos e poderem prestar um serviço de melhor qualidade.

A luta que os carteiros barcelenses iniciaram há cerca de dois meses pelos direitos laborais e pelo serviço público, universal e de qualidade é um exemplo de unidade e determinação.

A luta dos carteiros Portugueses e a dos Barcelenses em particular merece a solidariedade do Partido Comunista Português.

O Governo tem assistido passivamente à degradação que aqui denunciámos, apesar do aumento das reclamações e denúncias das populações e muitos autarcas, e dos sucessivos alertas das organizações representativas dos trabalhadores. Não faça a Câmara Municipal de Barcelos o mesmo.

A Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em 30 de Setembro de 2022, delibera que se recomende à Câmara Municipal de Barcelos o cumprimento do estipulado no artigo 24º, da Lei nº 75-B/2020 de 31 de Dezembro e que:

1º Faça todas as diligências necessárias junto do governo exigindo a sua intervenção na defesa de um serviço postal universal e de qualidade no Concelho de Barcelos;

2º Comunique ao governo a degradação das condições de trabalho dos carteiros de Barcelos e afirme a necessidade da contratação de mais profissionais como elemento central na garantia de um serviço postal de qualidade;

3º Reivindique junto do governo a necessidade da reversão da privatização dos CTT, permitindo a devolução deste serviço público para as mãos do povo português garantido um serviço postal público, universal e de qualidade.

Aprovada esta moção a Assembleia Municipal de Barcelos incube o seu Presidente, Drº Fernando Pereira, de enviar uma cópia para as seguintes entidades:

Presidente da República Portuguesa; Presidente da Assembleia da República Portuguesa; Primeiro Ministro da República Portuguesa; Grupos Parlamentares

na Assembleia da República; Presidente do Conselho de Administração dos CTT, Director dos CTT-Barcelos; CGTP-IN Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses; SNTCT – Sindicato Nacional dos Trabalhadores e Telecomunicações; ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações.

Barcelos, 30 de Setembro de 2022

Mário Figueiredo

Partido Comunista Português